**ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS RELATÓRIOS ANUAIS**

**(COLETA CAPES)[[1]](#footnote-2)**

Coordenador de Área: *Antonio Virgílio Bittencourt Bastos*

Coordenador-Adjunto de Área: *Maria Amalia Pie AbibAndery*

#### Introdução

O presente texto é uma compilação de sugestões para os Programas de Pós-Graduação considerarem quando do preenchimento de seus relatórios anuais. Não se trata de um manual técnico para lidar com o aplicativo utilizado para tal finalidade, uma vez que a CAPES já o fornece. Trata-se de um conjunto de cuidados que podem contribuir para que as realizações do Programa de Pós-graduação sejam retratadas com maior nitidez e detalhamento, o que facilitará e tornará mais seguro o trabalho de avaliação conduzido pela Coordenação de Área e pela Comissão de Avaliação dos Programas.

No presente documento são apresentados, portanto, considerações e indicações para preenchimento dos relatórios dos Programas e sua relação com os critérios de avaliação no triênio 2010-2012. Como se sabe, o processo de avaliação dos programas apoia-se fundamentalmente nos relatórios anuais e nos dados gerados a partir das informações prestadas. Assim, a qualidade dos relatórios e das informações é crítica e, não é raro, que um programa se prejudique em função da ausência de informações relevantes ou de erros no preenchimento do aplicativo.Espera-se, assim, contribuir com os Programas, no sentido de indicar tópicos, dados e registros considerados importantes pela Área e contribuir com o bom andamento da avaliação trienal.

O conjunto de elementos fornecidos ao longo do texto suscita uma preocupação que não é desprezível. Os Programas de Pós-Graduação, em sua maioria, não dispõem de funcionários técnico-administrativos plenamente capacitados a aferir todas as implicações dos diversos aspectos que estão envolvidos no relatório. Isso significa que a tarefa de preenchimento do Coleta CAPES deve ser conduzida ou supervisionada passo a passo pelo Coordenador do Programa ou por Comissão eleita pelo Colegiado para tal finalidade. Transferir tal responsabilidade pode ter implicações sobre as informações fornecidas, o que gera riscos para a avaliação do Programa.

#### Cadastramento das Informações

Um cuidado inicial importante, pelas repercussões que terá para todo o relatório, é o de preencher de forma cuidadosa os cadastros. Na verdade, os cadastros de docentes e de discentes, por razões óbvias, quase sempre são preenchidos de forma adequada, mas no cadastro de outros participantes não é incomum a omissão de informações importantes.

A identificação da filiação institucional desses outros participantes (co-autores, membros de bancas examinadoras, componentes de equipes envolvidas em projetos de pesquisa ou de extensão, eventuais responsáveis ou co-responsáveis por disciplinas) é importante pelo que revela sobre intercâmbio interinstitucional e, nos casos das bancas examinadoras, é o dado que permite calcular o percentual de bancas que contam com participantes externos ao Programa e à instituição.

No cadastro de docentes não há necessidade de incluir docentes que prestaram colaboração eventual com o Programa, na forma de condução de uma disciplina concentrada ou de um seminário. Essa colaboração será registrada no campo das disciplinas oferecidas e poderá ser destacada em um dos campos que permitem a inclusão de texto, como será esclarecido mais adiante.

Devem ser registrados como professores visitantes apenas aqueles que estejam em regime de colaboração com o Programa por, no mínimo, um período letivo completo. Docentes que colaboraram de outras formas devem aparecer no cadastro de outros participantes.

A participação em docência ou em orientação de estagiários de pós-doutorado deve ser registrada nos campos apropriados (disciplinas oferecidas e cadastro de discentes – como orientador ou co-orientador) e esclarecida em um dos campos que permitem inclusão de texto. O estagiário de pós-doutorado, dessa forma, não deve ser relacionado como docente, mas sim como outro participante.

Devem ser relacionados como docentes permanentes, aqueles que tenham atividade regular e continuada no Programa e que sejam responsáveis por disciplinas, por orientações e pela condução de projetos, mesmo que estejam aposentados ou que tenham vínculo formal com outra instituição (ver a este respeito as Portarias 01 e 02 de 04 de janeiro de 2012, da CAPES) .

Devem (ou podem) ser relacionados como docentes colaboradores:

1. professores de uma disciplina específica que não assumem orientações;
2. docentes que estão ingressando no Programa, assumindo disciplinas e/ou orientações, mas que ainda não atingem critérios estipulados pelo próprio Programa para serem enquadrados na condição de docente permanente;
3. docentes aposentados que permanecem atuando em disciplinas e em orientações, mas que, em acordo com o Programa, deixam de participar de todas as atividades e ficam descompromissados com a manutenção do mesmo nível de produção que mantinham quando estavam em atividade plena;
4. docentes de outras instituições que mantenham colaboração com o Programa na oferta de disciplinas e na condução de orientações;
5. docentes permanentes que tenham assumido funções administrativas ou políticas cujo desempenho comprometerá a produção científica (Reitor, Pró-Reitor, Secretário Estadual ou Municipal, Diretor de Agência de Fomento Federal, Estadual ou Municipal, ou similares), de acordo com a conveniência do Programa.

É evidente que, exceto no último caso acima mencionado, depõe contra o Programa eventual prática de, repetidamente, retirar da condição de docente permanente alguém cuja produção foi pouco expressiva em determinado momento e voltar a considerá-lo docente permanente quando sua produção se eleva. Da mesma forma, docentes altamente produtivos mas que não orientam e que apenas contribuem esporadicamente com o Programa não podem ser cadastrados como permanentes apenas em função da sua elevada produtividade. Em ambos os casos, a Coordenação de Área e a Comissão de Avaliação efetuarão mudanças que ajustem a classificação do docente ao seu efetivo papel no Programa, conforme definição dos textos normativos que regem a questão.

Ressalta-se que falhas no cadastramento de docentes colaboradores e permanentes têm impacto enorme na construção de vários indicadores de desempenho do programa, especialmente nos quesitos corpo docentes e corpo discente, mas também naqueles relacionados coma organização de pesquisa do Programa.

Os cadastros não devem ser preenchidos apenas com nomes resumidos. Utilize o nome completo, pois pode ser necessário ao Comitê de Avaliação buscar informações nos Currículos Lattes, o que será inviável no caso da única identificação disponível ser pouco pródiga em informações (por exemplo, algo como M. Alves ou J. Teixeira).

Aproveita-se aqui a menção ao cadastro de docentes para antecipar uma informação relativa à produção do Programa. Deve ficar claro para o responsável pelo preenchimento do relatório que só devem ser relacionados como produção publicada itens nos quais docentes permanentes e/ou alunos e/ou egressos figurem como autores ou co-autores.

No caso de docentes permanentes, não devem ser relacionados itens de produção em co-autoriaexclusivamente com alunos de outros Programas nos quais o docente também oriente, pois tal produção é, certamente, resultado das atividades desenvolvidas em outros Programas.

Quanto aos egressos, é evidente que o item publicado que é registrado deve estar relacionado com suas dissertações ou teses. Quando ocorrer de um egresso publicar tardiamente (mais de dois anos após a conclusão) um texto derivado de sua atividade no Programa é importante explicar no campo final do item de produção (que aceita texto) sua condição de egresso, uma vez que o sistema Coleta deixará de identificá-lo como tal após esse período. Não são consideradas para efeito de avaliação a produção de egressos com muitos anos de conclusão de curso, que já se encontram em outras instituições e desenvolvendo trabalhos que pouca ou nenhuma relação guardam com as linhas de pesquisa do Programa.

#### Proposta do Programa

A análise das Propostas dos Programas, bem como o relatório do GT Solidariedade do Seminário Horizonte realizado pela ANPEPP em dezembro de 2011, mostrou a necessidade de definir com clareza os itens: Visão Geral, Evolução e Tendências, Infra-estrutura – Biblioteca, Intercâmbios institucionais, Outras informações, Proposta do Programa - Trabalhos em Preparação, Atividades Complementares, (Atividades dos Docentes fora do âmbito do Programa, Inserção Social), Solidariedade, Nucleação e Visibilidade. Ainda, observou-se a necessidade de se indicar o campo no qual estas atividades devem ser registradas, evitando, entre outros, dispersão das informações e duplicidade de pontuação de certos itens.

O item do relatório Proposta do Programa é constituído por diversos campos nos quais as informações devem ser fornecidas como texto. Em sua maior parte, eles estão claramente definidos; outros necessitam de um maior detalhamento, os quais serão aqui apresentados. Muitas das sugestões aqui apresentadas visam também evitar as repetições e, por consequência, a sobreposição e dupla pontuação sobre os itens registrados. Os campos da Proposta do Programa estão abaixo relacionados; aqueles que necessitam de um melhor detalhamento estão marcados.

* ***a) Visão Geral, Evolução e Tendências***

b) Integração com a Graduação (benefícios recíprocos da integração com cursos de graduação. Resultados obtidos),

c) Integração com a Graduação (estágio de docência do pós-graduando junto aos alunos da graduação),

d)Infra-estrutura - Laboratórios

* ***e) Infra-estrutura – Biblioteca***

f) Infra-estrutura – Recursos de informática,

g) Infra-estrutura – Outras informações

* ***h) Intercâmbios institucionais***
1. Quais os pontos fortes do Programa ,

j) Em quais pontos o Programa precisa melhorar

* ***l) Outras informações***

m) Ensino à distância

* ***n) Trabalhos em Preparação***
* ***o) Atividades Complementares:***
	+ ***Atividades dos Docentes fora do âmbito do Programa,***
	+ ***Inserção Social***

p) Críticas/sugestão para o Comitê de Avaliação

* ***q) Solidariedade***
* ***r) Nucleação***
* ***s) Visibilidade***

A primeira informação a considerar no preenchimento dos campos da Proposta do Programa é de natureza técnica. Quando o material enviado é processado pela CAPES os textos incluídos perdem a formatação original. Sendo assim, **não inclua tabelas ou gráficos,** pois eles serão alterados e ficarão incompreensíveis, impedindo o avaliador de compreender a informação fornecida

|  |
| --- |
| **Proposta do Programa - Visão Geral, Evolução e Tendências**  |

O campo Visão Geral, Evolução e Tendências é bastante aberto e pode conter informações diferentes de acordo com as características do Programa que o preenche. Mesmo considerando que essa liberdade deve ser preservada, sugere-se que sejam apresentadas informações históricas essenciais sobre o Programa, abrangendo tanto o nível de Mestrado como o de Doutorado (caso já esteja implantado): contexto em que surgiu, aspectos regionais de interesse para sua compreensão, área(s) de concentração e linhas de pesquisa, evolução ao longo dos triênios tanto na estrutura da proposta como na avaliação, docentes com atuação destacada na área que fizeram parte do corpo docente, titulações já concedidas. Não há necessidade, em função da capacidade de caracteres do campo, de apresentar um histórico detalhadíssimo – é mais interessante, se o Programa considerar indispensável, que esse histórico detalhado fique disponível na página do Programa, informando-se no relatório a disponibilidade de tal arquivo.

Nesse mesmo campo Visão Geral, Evolução e Tendências devem aparecer informações sobre a estrutura curricular. Mesmo que no relatório exista um setor específico para indicar o elenco de disciplinas do Programa, não há local em que a estrutura curricular seja detalhada. Esse detalhamento significa indicar que disciplinas ou atividades são obrigatórias para Mestrado e para Doutorado, se as exigências são comuns a todos os estudantes ou se variam conforme a área de concentração ou linha de pesquisa com a qual se dá sua vinculação, quantas disciplinas ou atividades devem ser cumpridas por mestrandos e doutorandos, além de outras informações pertinentes que o Programa considerar relevante informar.

***Sugestões para o preenchimento do Coleta CAPES na apresentação da Estrutura Curricular***

1. Incluir duração dos cursos (mestrado e doutorado), número total de créditos, total em disciplinas obrigatórias e nas optativas/eletivas.
2. Incluir a síntese da estrutura curricular do curso e seu fluxograma, apresentando os objetivos e importância dos componentes curriculares na proposta do programa (obrigatórias de núcleo comum, obrigatórias por área de concentração e/ou linhas de pesquisa, optativas, conforme pertinente a cada estrutura curricular), listando as disciplinas que os compõem.

Exemplos (disciplinas obrigatórias e eletivas):

“Disciplinas obrigatórias procuram dar domínio pleno da área de conhecimentos do Programa e enfatizar o aprimoramento metodológico no trabalho científico, enquanto uma diversidade de disciplinas opcionais abrange os diversos conteúdos das linhas de pesquisa do Programa.”

“As disciplinas do PPG (...) de mestrado e doutorado encontram-se organizadas em três núcleos: (a) Disciplinas Fundamentais e (b) Disciplinas Específicas (c) Disciplinas Exclusivas do Doutorado. As disciplinas fundamentais tratam de conteúdos gerais, ligados à avaliação e a métodos básicos de análise de dados. Compõem o núcleo as disciplinas: Seminário de Pesquisa I (4 créditos) ....”

Exemplo (fluxograma):

“Ao ser selecionado para o curso, o aluno vincula-se automaticamente a um orientador e a uma linha de pesquisa, o que irá determinar sua trajetória ao longo do curso. Durante o primeiro ano, deverá cursar sete disciplinas obrigatórias e duas disciplinas eletivas, necessariamente vinculadas à linha de pesquisa na qual seu projeto se insere. No segundo ano, deverá dedicar-se ao aprofundamento de sua formação em pesquisa e à preparação de sua dissertação. A duração do curso é, portanto, de 24 meses. As Práticas de Pesquisa desenvolvem-se concomitantemente aos projetos de pesquisa dos docentes, em encontros semanais ao longo de todo o curso, e privilegiam a discussão teórica e a pesquisa, permitindo assim aos alunos o aprofundamento teórico dos temas de sua dissertação e a participação nos projetos de pesquisa de seus orientadores.”

* + - Descrever de forma sucinta como se organiza a formação para a docência na estrutura curricular: conteúdo, existência de curso preparatório para a atividade docente, se houver, existência de atividades complementares, como atendimento aos alunos, preparação de aulas, supervisão de atividades práticas etc..

Exemplo:

A formação em docência requer o envolvimento dos alunos em atividades associadas ao ensino de graduação. Os discentes, sob supervisão de docentes: 1) colaboram na preparação de aulas; 2) na supervisão de alunos de graduação em tarefas de pesquisa; 3) no ensino de graduação, ministrando aulas, organizando seminários temáticos, e em oficinas para o desenvolvimento de habilidades profissionais.”

* + - Descrever, se houver, componentes inovadores: consideramos como atividades inovadoras aquelas que introduzem no Programa atividades pouco frequentes, como disciplinas que incluem atividades de extensão, ou que tenham como resultados produtos frequentemente inerentes à formação do discente, como a redação de artigos científicos resultantes do desempenho na disciplina.

**ATENÇÃO: não incluir regimentos do Programa ou da Instituição e outros documentos oficiais.**

Ainda no campo Visão Geral, Evolução e Tendências, em acréscimo à descrição da Estrutura Curricular e como parte da proposta de formação do programa, devem ser descritos os perfis dos egressos que o Programa pretende formar. Em muitos programas, o perfil do egresso é inserido de forma difusa e limitada dentre os objetivos do Programa. Entretanto, recomenda-se que os programas atentem para a inclusão clara e, na medida do possível minuciosa, dos perfis dos egressos com base nas competências e habilidades que serão desenvolvidas ao longo do curso de mestrado e, quando for o caso, ao longo do curso de Doutorado.

Exemplo (Perfil dos egressos):

“É esperado que os estudantes dos cursos de mestrado e doutorado,... , desenvolvam um perfil de competências profissionais similar. Ambos os cursos são vistos como etapas de desenvolvimento interligadas e com intersecções bem vindas. A passagem, do primeiro para o segundo curso, é vista como um processo gradativo de transferência de autonomia para o estudante. O mestrado, entretanto, oferece terminalidade, como asseguram as atuais normas de pós-graduação do país. As competências esperadas desses egressos estão classificadas nos campos da pesquisa, ensino e extensão e detalhadas a seguir.

COMPETÊNCIAS EM PESQUISA:
· Ter domínio dos pressupostos epistemológicos das teorias e abordagens em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações;
· Analisar criticamente a literatura cientifica em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações;
· ...

COMPETÊNCIAS EM ENSINO:
· Elaborar programas de curso, disciplinas e treinamentos nos âmbitos do ensino superior, com base nos fundamentos da Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações;
· Elaborar planos de aula nessas áreas, contendo objetivos, conteúdo de ensino, sistema de avaliação, estratégia pedagógica e bibliografia;
-...

COMPETÊNCIAS EM EXTENSÃO:
· Promover a mediação entre a ciência e a prática em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, visando formular, coordenar, executar e avaliar projetos de intervenção profissional;
· ...

Também é importante que no campo Visão Geral, Evolução e Tendências os Programas descrevam claramente as articulações e a coerência entre a denominação e objetivos do Programa com a(s) área(s) de concentração , linhas de pesquisa e os grupos ou núcleos ou temas ou projetos de pesquisa que os compõem. A apresentação e definição das linhas de pesquisa e suas articulações com os projetos de pesquisa foram analisadas no texto da proposta do Programa. Ainda que essas informações possam ser apreendidas a partir de outras seções do relatório, é importante que o Programa apresente essas informações de forma sucinta e clara como forma imprescindível da caracterização da proposta.

Finalmente, no campo Visão Geral, Evolução e Tendências podem ser fornecidas informações sobre cada integrante do corpo docente, de forma a complementar as informações exíguas – resumidas a alguns aspectos de identificação e titulação – que constam do cadastro de docentes. Podem ser incluídas, por exemplo, informações sobre áreas de atuação, orientações já concluídas ao longo da carreira, estágios de pós-doutorado realizados, premiações recebidas, bolsa de produtividade científica, atuação como editor de periódicos ou em editoras universitárias, atuação como membros de comitês de avaliação de agências de fomento, na direção de Conselhos Profissionais, na direção de Sociedades Científicas, no Conselho Nacional de Educação, ou assessoria a órgãos ministeriais cuja atividade tenha alguma relação com as atividades do Programa. Algumas dessas informações são importantes para a avaliação da experiência do corpo docente, que constitui item de avaliação do Programa e são importantes especialmente para avaliar a “maturidade do corpo docente”.

Esse mesmo campo deve ser utilizado para informar critérios utilizados pelo Programa para credenciar, descredenciar e re-credenciar docentes, caso existam. Saliente-se que a existência e a explicitação desses critérios são exigidas na Portaria 01 da CAPES, de 4 de janeiro de 2012.

|  |
| --- |
| **Proposta do Programa -Infra-estrutura – Biblioteca**  |

Não é necessário, particularmente para os Programas já avaliados com nota 4 ou mais, informar toda a infra-estrutura da Biblioteca. Além de informações gerais, considera-se importante destacar no campo Infra-estrutura – Biblioteca aspectos tais como: (a) novas aquisições que o Programa considera relevantes; (b) horário de funcionamento da biblioteca, especialmente quando este representa acesso aos alunos em horários noturnos ou finais de semana; (c) outras iniciativas inovadoras de Bibliotecas, tais como bancos de dados não existentes no Portal CAPES.

|  |
| --- |
| **Proposta do Programa - Intercâmbios Institucionais** |

O campo Intercâmbios Institucionais refere-se às atividades conjuntas e sistemáticas do Programa com seus congêneres, ou seja, ações de troca entre Programas, instituições, grupos e/ou núcleos de pesquisa, impulsionadas por interesses comuns de formação e pesquisa.

Vale ressaltar a importância de assinalar alguns tipos de intercâmbio que podem envolver o Programa como um todo ou apenas alguns de seus docentes e discentes. Os registros dos intercâmbios devem ser feitos atentando-se para os indicadores abaixo relacionados (os quais não devem ser considerados como exaustivos). Observa-se que as informações aqui registradas serão complementadas por algumas das informações inseridas no cadastro Outros Participantes.

Indicadores de Intercâmbios Institucionais:

1. Encaminhamento/acolhimento de discentes (mestrandos e doutorandos) em missões de estudo realizadas para cursar disciplinas ou atividades relativas aos seus projetos de mestrado e/ou doutorado, podendo ou não ser formalizadas como co-orientação.
2. Encaminhamento/acolhimento e supervisão de estágio pós-doutoral entre Instituições parceiras.
3. Desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa multicêntricos (participação conjunta em editais de apoio cientifico, como por exemplo, INCTs, PRONEX, COFECUB, Projetos Integrados de Pesquisa, dentre outros). Os projetos conjuntos devem, necessariamente, evidenciar uma parceria entre Programas Congêneres, o que vem sendo denominado de relações horizontais).
4. Encaminhamento/acolhimento de docentes em missões de trabalho para realizar atividades acadêmico-científicas.
5. Outras iniciativas inovadoras.

**Os coordenadores devem registrar neste campo até 10 intercâmbios, em ordem de importância (o primeiro registro indicará o mais importante).**

Os intercâmbios registrados podem se concentrar em um único indicador. Em cada uma das atividades registradas, informar:

1. Titulo/descrição da atividade
2. Projeto de pesquisa a que se vincula
3. Duração da atividade (dia/mês/ano)
4. Instituições envolvidas
5. Nº de docentes e discentes envolvidos

|  |
| --- |
| **Proposta do Programa – Outras informações** |

O próximo campo a ser comentado é aquele identificado como Outras Informações. É evidente que tal campo é reservado para cada Programa acrescentar informações esclarecedoras sobre aspectos de sua estruturação ou de seu desempenho que considera positivos. Dessa forma, podem aparecer em tal campo aspectos bastante específicos de cada Programa.

**Adicionalmente aos aspectos específicos de cada Programa, são sugeridos a seguir cinco itens que podem aparecer em tal campo**:

* 1. Informações sobre Dissertações e Teses defendidas organizadas de forma comparativa com períodos anteriores. No caso dos relatórios referentes ao último ano do triênio é sempre útil para o avaliador o fornecimento de informações que facilitem comparações com o triênio anterior.
	2. Informações complementares àquelas disponíveis no cadastro de Outros Participantes sobre Professores de outras instituições que estiveram em atividades (bancas e eventuais disciplinas) no Programa.
	3. Informações sobre a relação candidatos/vaga nos últimos processos seletivos, para Mestrado e para Doutorado. Informações sobre região de origem dos aprovados.
	4. Informações sobre Seminários de Avaliação de projetos de Dissertações e Teses, caso existam no Programa, com indicações dos avaliadores externos convidados nas últimas edições.
	5. Informações sobre eventos em cujos anais docentes e discentes publicaram resumos, detalhando: nome do evento, cidade em que ocorreu, número de resumos, número de docentes autores, número de doutorandos autores, número de mestrandos autores (não há necessidade de nomear os autores).

O último item enseja um comentário adicional, que antecipa parcialmente as sugestões sobre Produção Intelectual. A Coordenação da área de Psicologia entende que a informação detalhada sobre cada resumo de apresentação é desnecessária. Mesmo considerando que a ausência dessa informação afeta o banco de dados da Capes, é difícil imaginar a utilidade, para a compreensão da pós-graduação brasileira atual, de relacionar centenas de resumos todos os anos, disponíveis nos grandes arquivos eletrônicos que hoje constituem os anais dos inúmeros eventos da área. Como se verá mais à frente, isso não inclui os trabalhos completos publicados em anais de eventos, cujo arrolamento pode ser mantido quando interessar ao Programa, como será esclarecido adiante.

**Proposta do Programa – Atividades em Preparação**

No campo Trabalhos em Preparação registram-se informações que antecipam realizações que deverão aparecer nos anos seguintes, o que pode ganhar dimensão especial no caso de Programas que estão passando por dificuldades, ou pode indicar a possibilidade de um incremento expressivo no desempenho de Programas que já apresentam realizações reconhecidas e bem avaliadas.

Ainda assim, registra-se que a função de tal campo do relatório deve ser relativizada, uma vez que a avaliação se vale de procedimentos nos quais se dá importância a realizações efetivas e não a promessas ou expectativas. Alguns programas optam por não informar trabalhos em preparação, até mesmo porque esta descrição envolve informações difíceis de serem reunidas. Outros mencionam apenas artigos já aceitos para publicação.

Sugere-se que o Programa informe dados sintéticos sobre os Trabalhos em Preparação, tais como o número de artigos, livros e capítulos (a) submetidos, (b) em avaliação, (c) no prelo. Torna-se desnecessário, portanto, listar um a um cada trabalho em preparação, discriminando-se autores, títulos ou outras informações. É suficiente traçar um quadro geral do número de itens em cada um dos estágios acima, de modo a fornecer ao avaliador, uma visão do potencial de crescimento e/ou de manutenção da situação de produção do Programa. Sugerimos, adicionalmente, que os Programas que apresentem níveis de produção iguais ou superiores ao nível médio da área, conforme divulgado no relatório da avaliação trienal passada e aqueles que estão próximos ou ultrapassem o teto da tabela de melhor produção, não precisam informar trabalhos em preparação. Ou seja, este item será observado apenas para os Programas que apresentaram alguma queda nos indicadores de produtividade.

|  |
| --- |
| **Proposta do Programa – Atividades Complementares** |

É importante considerar no campo Atividades Complementares dois itens, a saber:

* 1. **Atividades dos Docentes fora do âmbito do Programa**.

Neste item deverão ser informadas todas as atividades acadêmico-científicas dos docentes realizadas fora do âmbito do Programa. São exemplos destas atividades:

* + 1. Membros de comissões, comitês de agência de fomentos,
		2. Cargos de direção em agências de fomento,
		3. Membros de comitês e comissões científicas de associações e de eventos científicos (avaliações externas PIBIC, Seminários de Avaliação de projetos de Dissertações e Teses etc),
		4. Pareceristas em revistas científicas (indicar número de pareceristas por revista),
		5. Membros de comitês de ética,
		6. Outras iniciativas inovadoras.
	1. **Inserção social**.

Este item envolve todas as ações/intervenções de docentes e discentes do Programa que representam transferência de conhecimento produzido por pesquisas anteriores e dentro das linhas de pesquisa do Programa para os diversos setores sociais, particularmente aqueles que visem minimizar ou solucionar problemas socialmente relevantes de uma população ou de um setor da sociedade.

As ações/intervenções relativas à inserção social podem ser muito variadas e podem se diferenciar conforme a subárea da Psicologia. É necessário que essas ações/intervenções tenham vinculação com a área de concentração e com as linhas de pesquisa do programa. Não devem ser aqui incluídas aquelas ações que geram PRODUTOS (incluir no caderno “PRODUÇÃO TÉCNICA”).

Serão considerados indicadores de inserção social:

1. Participação em Conselhos, Comitês e Comissões em ONGs ou Setores governamentais.
2. Consultorias e assessorias às instituições públicas e privadas para elaboração e implantação de políticas públicas e serviços em saúde, educação, meio-ambiente, assistência social, trabalho e gestão, comunitários, dentre outros (que não geram relatórios).
3. Cursos (de extensão de curta duração, de atualização, cursos de aperfeiçoamento e de especialização), palestras, workshops e sites informativos que objetivem a formação e desenvolvimento profissional e técnico e informações para o público em geral.
4. Programas de ação e/ou intervenções junto a instituições (escolas/creches, hospitais/postos de saúde/ ambulatórios, centros de referência, conselhos tutelares, órgãos da justiça, quartéis, prisões, escolas de formação para o serviço público, universidades corporativas, instituições responsáveis por pesquisas populacionais, departamentos de trânsito, órgãos de classe, etc.) e comunidades com necessidades específicas.
5. Organização de evento de divulgação científica voltado para o público técnico e geral (seminários, colóquios, feiras de ciência, entre outros).
6. Outras iniciativas inovadoras.

**Os Programas devem registrar neste item até 5 (cinco) atividades, considerando o conjunto dos indicadores acima a cada ano. Pode haver concentração em um único indicador, se for de interesse do Programa.** Para cada uma das atividades registradas no item INSERÇÃO SOCIAL, informar:

* 1. Titulo/descrição da atividade
	2. Projeto de pesquisa a que se vincula
	3. Público atendido:
	4. Duração da atividade (dia/mês/ano)
	5. Instituições envolvidas (quando se aplicar)
	6. Nº de docentes e discentes envolvidos

Há alguns anos foram incluídos três novos campos que são considerados na avaliação: Solidariedade, Nucleação e Visibilidade, para os quais buscamos descrever o que aÁrea julga pertinente avaliar.

|  |
| --- |
| **Proposta do Programa – Solidariedade** |

O objetivo precípuo das Ações de Solidariedade acadêmico-científica é a criação e/ou consolidação de Programas de Pós-Graduação por meio do estabelecimento de parcerias entre Programas ou entre Programas e instituições/grupos/núcleos de pesquisa, necessariamente com diferentes níveis de consolidação.

São considerados indicadores de Solidariedade:

1. Participação em projetos formais de cooperação solidária entre Programas, em nível internacional (por exemplo, Programas de cooperação com o Cone Sul, África, COFECUB, Erasmus).
2. Participação em projetos de cooperação solidária entre Programas de Pós-Graduação, como por exemplo, Procad, Casadinho, MINTER/DINTER, INCTs (quando integra programas com diferentes níveis de consolidação) e/ou equivalentes no âmbito de agências estaduais ou municipais de fomento à pesquisa.
3. Participação em projetos de cooperação solidária entre Programas de Pós-Graduação e grupos/núcleos emergentes de pesquisa, oriundos de instituições que ainda não possuem programas de Pós-Graduação.
4. Outras iniciativas inovadoras.

**Os Programas devem registrar até 5 (cinco) ações a cada ano (podendo se concentrar em um único indicador, se for do interesse do Programa).** Para cada uma das atividades registradas, informar:

* 1. Titulo/descrição da atividade
	2. Instituições parceiras
	3. Agência financiadora (se for o caso)
	4. Duração da atividade (mês/ano)
	5. Instituições envolvidas
	6. Nº de docentes e discentes por instituição envolvida
	7. Resultados obtidos

|  |
| --- |
| **Proposta do Programa – Nucleação** |

Em seu sentido original Nucleação se refere à contribuição do Programa para o surgimento de novos Programas da área. É claro que Programas cujas características permitam informar esse tipo de contribuição devem fazê-lo, mas seguindo as sugestões da área de Psicologia, isto deve ser feito no campo Solidariedade.

Todavia, há outras informações que todos os Programas podem fornecer em tal campo, modificando em parte a noção de Nucleação. Essas informações dizem respeito aos egressos, ou seja, à presença do Programa em outras instituições.

Sugere-se que estas informações se pautem em levantamentos feitos pelo Programa, buscando responder às seguintes questões: Qual a atual situação ocupacional dos egressos, nos país ou no exterior (atuação em instituições de ensino públicas ou privadas, atuação em outros órgãos públicos, atuação como profissional autônomo)? Quantos mestres continuaram formação em nível de doutorado no próprio Programa ou em outros? Os egressos do mestrado e do doutorado que atuam como docentes no país ou no exterior estão lotados em quais universidades? Há egressos no corpo docente de quais Programas de Pós-Graduação? Há egressos com bolsa de produtividade em pesquisa?

Na medida do possível, quando a massa de informações for grande, sugere-se que elas sejam quantificadas, por exemplo: egressos atuando em IES, egressos atuando em secretarias, ministérios ou outros organismos públicos etc.. Não é desejável que o Programa informe a situação de caso a caso, nomeando os egressos. É importante traçar um quadro geral da situação dos egressos, a partir de levantamentos que por ventura o Programa tenha realizado.

|  |
| --- |
| **Proposta do Programa – Visibilidade** |

Em relação ao campo *Visibilidade*, a preocupação deve ser a de fornecer as informações que indiquem aos avaliadores de que forma as atividades do Programa são tornadas públicas e transparentes, principalmente por meio de informações disponibilizadas pela internet. Não é preciso reproduzir no relatório informações que se encontram na página do Programa. É importante, no entanto, colocar o link para o acesso à página, o que sempre é feito no processo de avaliação.

Indicadores de Visibilidade:

- Disponibilização de página do Programa com todas as informações sobre o Programa, como por exemplo:

1. idiomas de acesso à página
2. informações sobre o programa

- objetivo

- linhas de pesquisa

- grade curricular

- pré-requisitos de ingresso e obtenção do(s) título(s)

1. legislação e normas (formulários e documentos)
2. laboratórios/núcleos de pesquisa/docentes vinculados
3. disciplinas ofertadas no semestre (indicando o docente responsável, ementa e bibliografia atualizada)
4. docentes do programa (com CV Lattes),
5. acesso às dissertações e teses defendidas no programa,
6. convênios e acordos de cooperação
7. outras informações

#### 4. Produção Intelectual

O presente conjunto de sugestões será finalizado com a abordagem de diversos temas relacionados ao campo **Produção Intelectual dos Programas**. O tema se inicia com uma advertência.

A advertência refere-se à importação de informações sobre produção diretamente dos currículos de docentes e discentes disponíveis na plataforma Lattes. No caso dos Programas com corpo docente grande e/ou no caso de Programas com muita produção, utilizar esse recurso de importação de dados é quase inevitável.

Há necessidade, porém, de estar especialmente atento ao que foi importado para fazer correções e ajustes, que são indispensáveis, uma vez que muitos currículos são alimentados com imprecisão ou com informações incompletas. São vários os aspectos aos quais é preciso estar atento. Alguns exemplos:

* + - 1. Pequenas diferenças na forma como co-autores, sendo ambos do Programa, informam um artigo (por exemplo, no título, no nome do periódico ou em sua abreviação, no ISSN, no número do volume ou do fascículo, na ordem dos autores) farão com que o artigo seja relacionado duas ou mais vezes no relatório, inflando a produção indevidamente. Tais lançamentos serão glosados pelos avaliadores, mas poderá restar algum tipo de suspeição.
			2. Ao buscar nos currículos a produção de um determinado ano, por exemplo, 2011, o Programa poderá ser prejudicado, caso tenham ocorrido nesse ano publicações em edições de periódicos ou de livros datados do ano anterior, que foram concluídos com atraso. Toda publicação anterior ao ano base que está sendo relatado (por exemplo, 2011), e que não tiver sido incluída em algum relatório já apresentado, pode ser lançada no relatório do mencionado ano base, ou seja, 2011. Sendo assim, não há necessidade de retificar relatórios caso o objetivo seja apenas o de incluir novos itens de produção.
			3. No Banco de Dados da Capes alguns periódicos estão identificados com o ISSN correspondente à edição impressa e outros identificados com o ISSN da edição eletrônica. Com isso a importação dos dados poderá resultar em perda de informações importantes, o que só poderá ser reparado com revisão cuidadosa.

OBSERVAÇÕES:

Os itens de produção de maior prestígio para efeito da avaliação dos Programas são os artigos publicados em periódicos científicos com avaliação de pares e os livros (ou capítulos de livros).

No caso dos artigos, mesmo quando o preenchimento do relatório é feito sem importação direta dos currículos, é importante informar o número de identificação digital do artigo (quando existir), e buscar a maior precisão possível no fornecimento de informações sobre o título do artigo, o(s) nome(s) do(s) autor(es), o ISSN, o nome do periódico, o ano da publicação, o número do volume, o número do fascículo (quando houver), as páginas iniciais e finais.

Destaca-se mais uma vez que o Banco de Dados a partir do qual a seleção do nome do periódico e do ISSN é feita pode incluir somente o ISSN da edição eletrônica ou da impressa (na maior parte dos casos qualquer um deles pode ser informado, pois as edições impressa e eletrônica são idênticas). Nesse mesmo Banco de Dados existem diversos periódicos com nomes idênticos, o que exige especial atenção de quem está lidando com o preenchimento do relatório.

Quando houver dificuldade muito grande de obter informações sobre algum dos co-autores de uma publicação, impedindo seu cadastramento como Outro Participante, é conveniente informar, no campo de texto existente ao final da ficha de cada publicação relatada, que fulano de tal também é co-autor do texto.

No caso de periódicos eletrônicos sem paginação é importante informar o número do artigo (se houver), ou fornecer informações complementares sobre o tipo de texto e sua dimensão.

Pode parecer um cuidado exagerado, mas é fornecida a seguir uma listagem do que não deve ser relatado como artigo publicado em periódico científico com avaliação de pares. São as seguintes modalidades de texto: (a) editorial, (b) resenha, (c) obituário, (d) traduções, (e) anúncio de evento, (f) resumo, (g) homenagem, (h) entrevista, (i) cartas ao editor, (j) crônica, (k) poema, (l) textos de qualquer natureza postados em blogs ou assemelhados, (m) textos em jornais diários, (n) textos em informativos de classes profissionais, (o) textos em informativos de sociedades científicas ou entidades profissionais, (p) textos em revistas jornalísticas ou de divulgação, (q) textos de apresentação em folhetos ou libretos de eventos culturais, (r) textos opinativos em revistas de partidos políticos ou fundações a eles vinculadas.

Como já foi informado não há necessidade de relatar resumos publicados em anais de eventos, embora tal prática não esteja impedida. Os trabalhos completos publicados em anais de eventos (que, na Psicologia, não constituem publicação terminal, ou seja, muitas vezes serão republicados como artigos ou capítulos), não são mais, desde o triênio 2007-2009, considerados na construção dos indicadores de produção do programa. Sugerimos que sejam informados apenas os trabalhos completos que foram apresentados em eventos científicos por alunos do programa, já que tais itens podem ser considerados na avaliação do corpo discente.

No caso dos livros é importante não deixar de informar com correção (a) o título, (b) o(s) autor(es), (c) o ISBN e (d) a editora. No caso de capítulos de livros, além dessas informações não devem ser omitidos(a) o título do livro no qual aparece o capítulo, (b) o(s) nome(s) do(s) organizador(es), e (c) o número de páginas do capítulo. Os mesmos cuidados já apontados em relação aos artigos valem para a indicação da produção de livros e capítulos. É comum a repetição de itens que decorrem de pequenas diferenças na forma como estão registrados em diferentes Currículos Lattes. Da mesma forma, é fundamental, para que o item seja considerado na avaliação, a indicação do ISBN e das páginas da publicação. Apresentações e prefácios de obras não podem ser considerados capítulos e, portanto, não precisam ser informados.

Informações adicionais sobre os livros e capítulos serão solicitadas pela Coordenação de Área em momento posterior à entrega dos relatórios, para subsidiar a classificação de capítulos e livros e sua valorização como produção bibliográfica. Solicitamos que os coordenadores atendam à solicitação, uma vez que a valoração da produção dependerá dessas informações. Em outra oportunidade a Coordenação de área fará recomendações específicas para o preenchimento dessas informações no sistema especificamente construído para a avaliação dos livros da Área da Psicologia. Sem o registro da obra no sistema e sem o envio da mesma para a Biblioteca de Referência da Área (Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP), a obra não será avaliada e, portanto, não será incluída na produção do Programa.

Existe um item do relatório no qual é possível informar Publicações em Jornais e Revistas, ou seja, em publicações jornalísticas. A sugestão é a de que sejam informados apenas textos de divulgação ou textos opinativos pertinentes à área de concentração ou às linhas de pesquisa do Programa. Alguns dos itens relacionados em ponto anterior do presente texto com o objetivo de exemplificar o que não deve ser informado como artigo em periódico científico, podem ser aproveitados como Publicações em Jornais e Revistas.

Não há necessidade de indicar as cinco melhores produções do Programa. Tal informação, cuja apuração é delicada em alguns Programas, não será levada em conta no procedimento de avaliação de produção bibliográfica. Todos os itens de produção serão avaliados e hierarquizados a partir do conjunto de regras que definem o Qualis Periódico da Área e o Sistema de avaliação de Livros.

Finalmente, duas informações complementares importantes sobre o que registrar como produção bibliográfica do Programa: em relação a egressos, como já destacado anteriormente, não se deve considerar a produção de alunos que concluíram a sua pós-graduação há mais tempo e que já não guarde relação com as linhas de pesquisa do Programa. Já identificamos casos de inclusão de itens produção de egressos que concluíram a pós há mais de dez anos e que já são, inclusive, docentes vinculados a outros Programas de Pós-Graduação. A inclusão deste tipo de produção será excluída.

Em relação à produção do corpo discente do programa, especialmente aquela que não envolve docentes como co-autores, é importante atentar para a sua pertinência às linhas de pesquisa à qual o aluno se encontra vinculado, no caso de não ser um produto decorrente da sua tese ou dissertação. Os Programas da Área se diferenciam quanto à norma de publicação conjunta entre docentes e discentes. A maioria deles usualmente estimula tal associação e toda a produção decorrente das pesquisas que geram dissertações e teses terminam sendo uma publicação conjunta do orientador e orientando. O mesmo ocorre em relação a publicações que nascem de trabalhos realizados em disciplinas específicas que o aluno cursa. Em outros Programas esta prática não é usual e é até desestimulada. Por outro lado, muitos Programas recrutam alunos que são docentes e que já desenvolvem atividades de pesquisa e, em decorrência, possuem publicações. O que deve ser inserido como produção do programa são aqueles itens que guardam relação estreita com as linhas de pesquisa do Programa e que nasceram a partir de atividades desenvolvidas no Programa. Muita produção exclusivamente de discentes não constituem, de fato, produção do Programa e, no processo de avaliação, tal produção deverá ser excluída. Assim, recomenda-se que os Programas façam tal avaliação no momento de incluir o item que é de autoria exclusiva do discente e que não redundou da sua dissertação, tese ou de trabalhos realizados no âmbito de disciplinas cursadas.

#### Produção Técnica

O relatório abre espaço para indicação de Produção Técnica, que objetiva avaliar produções não-bibliográficas que constituem indicadores indiretos da qualidade das atividades de pesquisa e formação no Programa. Deverão ser declarados como Produção Técnica do Programa:

* 1. Organização de Eventos: congressos; reuniões científicas: somente evento(s) nos quais um docente tenha sido o presidente das comissões organizadora ou científica do evento. Não devem ser declarados: eventos nos quais os docentes tenham participado como membros de comissão científica, pareceristas, conferências, coordenação de simpósio ou mesa-redonda ou outras atividades de apresentação de trabalhos ou realização de cursos.
	2. Editoria de Revistas Científicas: apenas para os editores e co-editores do periódico. Não declarar: (a) inclusão como membro do conselho editorial ou pareceres ad hoc; (b) editoria ou organização de livros.
	3. Desenvolvimento de Produtos: (a) instrumentos de avaliação psicológica; (b) registro de patente; (3) registro de propriedade intelectual ou protótipos.
	4. Aplicativos e Software específicos para a área da psicologia: pesquisa e/ ou aplicação.
	5. Material didático ou instrucional (manuais ou cartilhas) para trabalhos de difusão científica ou intervenção técnica. Não declarar como material didático os livros produzidos ou organizados no Programa adotados nos cursos de graduação e/ou pós-graduação que tenham sido enviados para a Classificação de Livro. Tais produções serão contempladas em produção bibliográfica.
	6. Construção e manutenção de sites de difusão científica ou intervenção técnica.
	7. Produção de Mídias: cds, DVDs, vídeos educativos, campanhas.
	8. Curadoria ou Organização de Exposições.
	9. Programas de rádio e TV. Incluir neste item a participação de docentes e discentes na mídia (revistas, jornais, TV, rádio): entrevistas, programas, opinião ou artigos entre outras participações.
	10. Relatórios de pesquisa. Incluir neste item apenas os relatórios gerados por consultorias ou assessoria técnica a outras instituições. Não declarar: (1) relatórios de pesquisa para agências de fomento ou fundações que financiaram a pesquisa; (2) relatórios de atividades ou cursos de extensão; (3) consultorias, assessorias ou pareceres que não geraram relatórios específicos.
	11. Outros. Reservar este campo SOMENTE para alguma atividade inovadora do Programa que gere algum produto técnico específico não contemplado nos itens anteriores.

Alguns itens que não devem/ precisam ser declarados como Produção Técnica e que portanto não devem ser preenchidos ou informados: (a) Cursos de curta duração; (b) apresentação de trabalho em Congresso ou Seminário; (c) atividades de consultoria, assessoria ou emissão de pareceres de qualquer natureza; (d) membro de comissão para seleção de Mestrado e Doutorado ou membro de qualquer outra comissão interna do Programa; (participação como membros em bancas examinadoras de tese, dissertação ou bancas em concurso público;(e) coordenação do GT da Anpepp ou de qualquer outro grupo de trabalho; (f) participação em eventos científicos e apresentação de trabalhos de qualquer natureza (conferência, simpósio, mesa-redonda, comunicação, painel, cursos etc.), coordenação de Grupos de Estudos; (g) recebimento de prêmios; (h) pareceres de qualquer natureza, incluindo os de avaliação de artigos científicos, de agência de fomento, de universidades ou outras instituições públicas ou privadas; (i)acordos e/ou convênios; (j) aulas expositivas em cursos de qualquer natureza; (k) PROCAD ou outro programa similar;(l) preenchimento do relatório trienal do programa de pós-graduação. Exemplos destes tipos de produção foram encontrados várias vezes nos relatórios dos Programas em 2010.

 **Finalmente, com o objetivo de valorizar a Produção Técnica dos Programas na próxima avaliação, solicita-se que os Programas registrem até 5 (cinco) Produções Técnicas a cada ano e que classifiquem por ordem de importância a produção registrada.**

#### Com o escopo agora delimitado e com um número que pode chegar a até 15 produtos por Programa no triênio, a Comissão de Avaliação irá construir um sistema de avaliação da produção técnica que permita diferenciar de forma mais refinada as contribuições de cada programa, melhorando a qualidade da avaliação até agora realizada deste item.

#### CONCLUSÕES

As recomendações e orientações elencadas anteriormente buscam tornar o conjunto de informações dos relatórios anuais focalizado naqueles pontos que são os mais relevantes para o processo de avaliação. Busca-se, adicionalmente, diminuir a quantidade de informações que consomem e tornam mais pesado o processo de construção do relatório, além de serem pouco relevantes para a avaliação dos diversos quesitos e itens da ficha. O excesso de informações pouco relevantes termina, por outro, impedindo o avaliador de construir uma visão mais objetiva de como o Programa se estrutura e dos produtos mais significativos que gera. Em síntese, todos os esforços devem ser dirigidos para que as informações relevantes sejam corretamente prestadas, eliminando-se excessos de informações que apenas dificultam a percepção e avaliação das características e desempenho do Programa.

Acreditamos, outrossim, que o exame cuidadoso da ficha de avaliação utilizada pela Área fornece um conjunto de informações relevantes e complementares que podem guiar a elaboração dos relatórios anuais. Ao apontar todos os quesitos e os itens que são avaliados, cada Programa tem um mapa completo das informações que precisam constar do relatório.

Ao melhorar a qualidade dos relatórios espera-se fazer com que no processo de avaliação dos Programas a comissão seja capaz de captar a realidade de cada um e os seus produtos mais significativos, diminuindo o efeito da qualidade do material disponibilizado nos relatórios na determinação do conceito atribuído ao curso.

Finalmente, espera-se que este documento, nesta sua primeira versão, possa ser aprimorado continuamente a partir de contribuições dos Programas. Neste sentido, o levantamento e/ou explicitação de dúvidas e questões que surgem no momento de preenchimento do Coleta podem ajudar a Coordenação de Área a tornar ainda mais específicas e detalhadas as orientações que contribuam para a melhoria do processo de avaliação dos Programas.

1. O presente documentofoi elaborado a partir de uma versão inicial escrita pelo Prof. Paulo Rogerio Menandro da UFES, em compromisso assumido durante o Seminário Horizontes da Psicologia II. A esta versão foram acrescentadas contribuições dos membros da comissão que analisou os dados e preparou a reunião de acompanhamento dos Programas da Área: Ângela Maria de Oliveira Almeida (UnB), Gerson Aparecido YukioTomanari (USP), Jane Corrêa (UFRJ), Maria Ângela Feitosa (UnB), Maria Emília Yamamoto (UFRN),Maria de Fátima de Souza Santos (UFPE) e Ricardo Primi (USF). [↑](#footnote-ref-2)